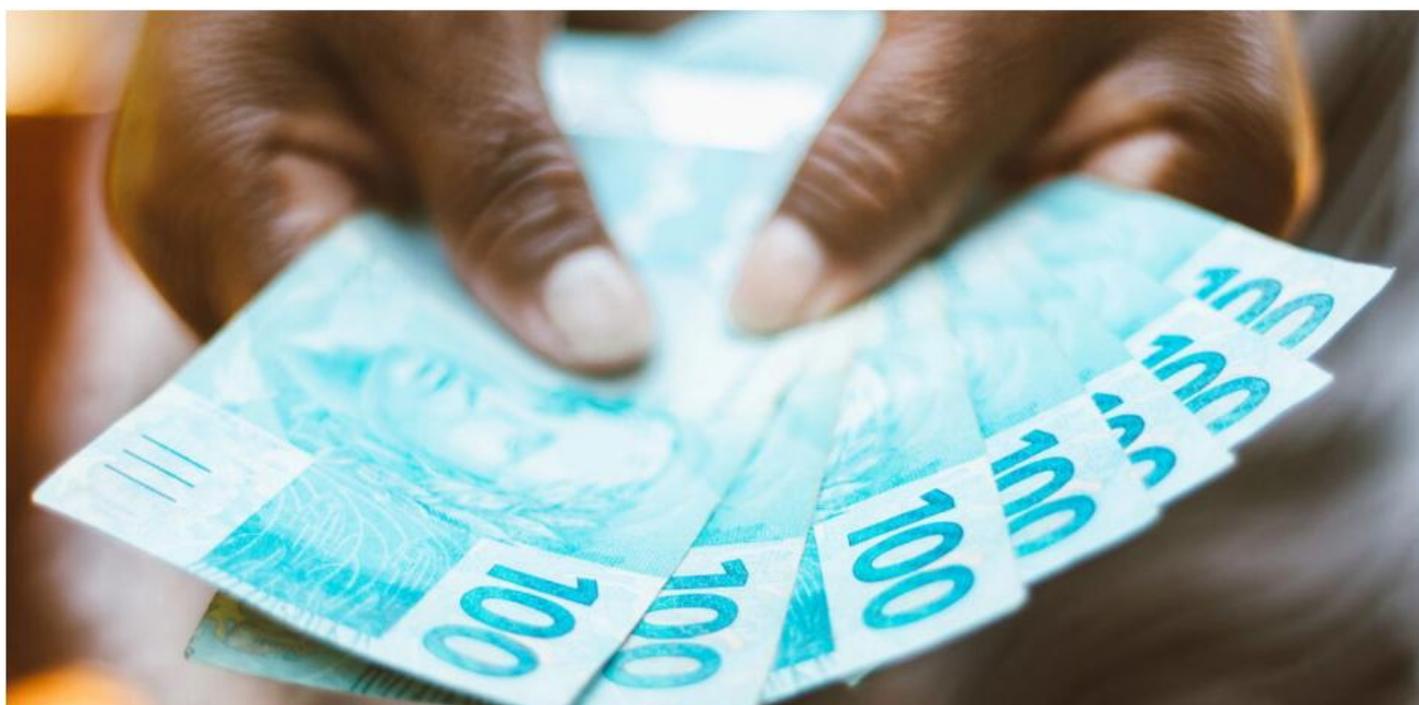


[Início](#) > [Análises](#)

Economista alerta para alta da dívida e otimismo fiscal do governo

Por **Renata Nunes** — 30/abr/2025 Em **Análises**

Dinheiro real - Créditos: depositphotos.com / rafapress

O Brasil caminha para encerrar a década de 2020 com uma das maiores dívidas públicas do mundo, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). A instituição estima que o país deve alcançar a 15ª posição no ranking global de endividamento público, subindo 20 posições em relação a 2021 — o pior desempenho brasileiro neste século. A dívida pública pode se aproximar de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos anos, refletindo a combinação de déficits fiscais persistentes, elevados gastos públicos e baixo crescimento econômico.

Mercado de trabalho dá sinais de enfraquecimento

Paralelamente à escalada da dívida, o Brasil também registra sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. Dados divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira (30) mostram que a taxa de desemprego subiu para

7,0% no primeiro trimestre de 2025, frente aos 6,2% registrados no último trimestre de 2024. A PNAD Contínua aponta que o aumento da desocupação acompanha a desaceleração da atividade econômica, com queda na geração de empregos e redução no número de pessoas ocupadas.

A deterioração no mercado de trabalho, aliada à trajetória de endividamento crescente, amplia os desafios para a política fiscal e pressiona a capacidade do governo de equilibrar as contas públicas sem comprometer a retomada econômica.

Resultado fiscal mostra melhora pontual, mas juros seguem elevados

Apesar das pressões estruturais, o setor público consolidado – formado por União, Estados, municípios e estatais – registrou um superávit primário de R\$ 3,6 bilhões em março de 2025, segundo dados divulgados pelo Banco Central. O resultado representa uma melhora frente ao superávit de R\$ 1,2 bilhão no mesmo mês de 2024.

No acumulado de 12 meses, no entanto, o resultado ainda é deficitário: o déficit primário totalizou R\$ 13,5 bilhões, o equivalente a 0,38% do PIB, embora tenha recuado em relação a fevereiro (R\$ 15,9 bilhões ou 0,51% do PIB).

Os juros nominais do setor público seguem elevados. Em março, somaram R\$ 75,2 bilhões, acumulando R\$ 935 bilhões em 12 meses — ou 7,8% do PIB.

Resultado nominal e trajetória da dívida

Com a combinação de juros altos e déficits pontuais, o resultado nominal do setor público — que inclui o saldo primário e os juros — ficou negativo em R\$ 71,6 bilhões em março. No acumulado de 12 meses, o déficit nominal chegou a R\$ 948,5 bilhões, o que representa 7,92% do PIB, com leve alta frente aos 7,91% registrados em fevereiro.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$ 9,1 trilhões, o equivalente a 75,9% do PIB, com leve recuo de 0,2 ponto percentual em relação ao mês anterior. Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) subiu para 61,6% do PIB, totalizando R\$ 7,4 trilhões, em alta de 0,2 ponto percentual no mês.

Segundo o BC, a elevação da dívida líquida foi influenciada por:

- **Juros nominais** (+1,6 p.p. do PIB)
- **Valorização cambial de 7,3%** (+0,9 p.p.)
- **Superávit primário** (-0,7 p.p.)
- **Varição do PIB nominal** (-1,2 p.p.)
- **Ajustes da dívida externa líquida** (-0,4 p.p.)

Opinião

Para **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating**, o Brasil enfrenta uma trajetória de endividamento mais grave do que a projetada oficialmente pelo governo. Enquanto o PLDO 2026 projeta que a relação dívida/PIB atingirá 84% apenas em 2028, as estimativas da **Austin** indicam que esse nível será alcançado já em 2026, com 80,5% projetados para 2025 e 84% para o ano seguinte. *“A diferença se deve ao excesso de otimismo das projeções oficiais, que partem de premissas pouco realistas sobre crescimento, arrecadação e controle de gastos”*, afirma Agostini.

Segundo ele, a combinação de resultado primário deficitário, desaceleração econômica, crescimento acelerado das despesas obrigatórias e juros ainda elevados deve potencializar o avanço da dívida. *“Quase metade da dívida brasileira está indexada à taxa de juros, o que aumenta o impacto do aperto monetário sobre as contas públicas”*, explica. Além disso, o economista destaca que o cenário externo segue pressionado, o que dificulta a melhora da percepção de risco fiscal.

Agostini também aponta divergências metodológicas entre as estimativas da **Austin** e as do Fundo Monetário Internacional (FMI), que projeta que a dívida brasileira pode chegar a 92% do PIB nos próximos anos, por considerar a dívida do Banco Central como parte do governo geral. *“Embora haja diferença técnica, o ponto central é que todos os cenários — do FMI, da IFI e da própria **Austin** — indicam deterioração acelerada da dívida pública caso o país não implemente medidas estruturais urgentes de controle fiscal”*, alerta. Para ele, a janela de oportunidade está se estreitando e adiar decisões duras pode comprometer a sustentabilidade da política fiscal nos próximos anos.